



DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.35047>

PAÍSES DO MERCOSUL: BREVE RELATO FRONTEIRIÇO SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA

MERCOSUR COUNTRIES: BRIEF BORDER REPORT ON PUBLIC EDUCATION

Fábio do Vale (INSTED/UFMS), **Pedro Henrique Alves de Medeiros** (UFMS), **Marina Borges Soares** (INSTED), **Maria Aparecida Santos Oliveira** (INSTED), **Marinho Luciano Alves de Brito** (INSTED), **Vanessa Aparecida Cunha Silveira** (INSTED).

RESUMO: Na contemporaneidade parte das produções acadêmicas se pautam na concepção pós-colonial, encontram suportes em publicações de textos fronteiriços, biogeografia, cultura local e outros. Nessa linha, (NOLASCO, 2018 apud ANZALDUA, 2007): "... formula uma lógica outra, pensamento outro, o que culmina no que se entende por epistemologia fronteiriça". Abordaremos a luz da educação da escola pública, um recorte na presente pesquisa, em que buscaremos os dados qualitativos e quantitativos destinado ao setor educacional dos Estados integrantes da América do Sul, pertencentes ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O recorte da pesquisa abordara parte dos Estados membros a partir de sua cooperação na área de Educação na Escola Pública (Ensino Básico e similares), além da assistência assegurando o acesso e a permanência do estudante ao pleno funcionamento do direito positivado constitucional. Segundo (NOLASCO, 2018, p. 13): "Também é condição sine que non se valer dos postulados conceituais que emergem desses lócus fronteiriço". Dessa forma, é requisito na graduação de bacharel em Direito - Instituto Avançado de Ensino Superior e Desenvolvimento Humano, o qual delimita que no estudo fronteiriço deve estar atento para não retornar as produções já existentes oriundas dos grandes centros de pesquisas, sem desprezá-los, porém, é de grande relevância o trabalho autônomo e crítico do pesquisador aos temas regionais de seu entorno.

Palavras-chave: Descolonialidade; Mercosul; Direito à Educação; Políticas Públicas; Estudos Fronteiriços.

ABSTRACT: In contemporary times, part of the academic productions are based on the post-colonial conception, find support in publications of frontier texts, biogeography, local culture and others. Along these lines, (NOLASCO, 2018 apud ANZALDUA, 2007): "... formulates a different logic, another thought, which culminates in what is meant by border epistemology". We will approach the light of public school education, an excerpt in this research, in which we will seek qualitative and quantitative data for the educational sector of the member states of South America, belonging to the Common Market of the South (MERCOSUR). The research cut had approached part of the member states based on their cooperation in the area of Education in the Public School (Basic Education and similar), in addition to the assistance ensuring the access and permanence of the student to the full functioning of the constitutionally positive law. Second (NOLASCO, 2018, p. 13): "It is also a sine que non condition to use the conceptual postulates that emerge from these border loci". Thus, it is a requirement in the graduation of Bachelor of Law - Advanced Institute of Higher Education and Human Development, which delimits that in the frontier study must be careful not to return the existing productions from the great research centers, without neglecting them, however, the researcher's autonomous and critical work on the regional themes of his surroundings is of great relevance.

Keywords: Decoloniality; Mercosur; Right to education; Public policy; Frontier Studies.

Introdução

Assim, é preciso que a opção descolonial fique clara neste contexto. Descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói e ergue um exterior a fim de assegurar sua interioridade (MIGNOLO, 2008, p. 304).

Parafraseando o intelectual argentino WALTER Mignolo (2008), o movimento necessário para romper com o pensamento e grades da moderna teoria política - Europa a partir de Maquiavel, que por vezes negaram o agenciamento político as pessoas classificadas como inferior, em termos de gênero, raça, sexualidade e outros. Partindo do ponto que os classificados como inferiores tiveram negado o agenciamento epistêmico pela mesma razão, toda mudança de descolonização política, não racista, não heterossexual patriarcal, deve romper com a política epistêmica. Essa é a desobediência civil pregada por Mahatma Ghandi e Martin Luther king Jr. Tais rompimentos continuam presos aos modelos do Eurocentrismo político e econômico. As pontuações acima caminham para a descolonização, fato que conceitua a esquerda e o diversificado descolonial.

A presente pesquisa visa clarear o MERCOSUL com um olhar que reforça que não é possível romper com o modelo atual instalado de Eurocentrismo, sem realmente oferecer resistência a ele. Para tal, teremos que transcender o Marxismo, os limites do Freudismo, os limites da escola de Frank Furt e outros.

A identidade política é de suma importância para criar a identidade política do cidadão, fato

que constrói uma identidade social, a qual não se parece como tal, mas sim de acordo com a realidade do todo. O comércio comum do sul possibilita a formação de um bloco de Estados, com diversas peculiaridades populacionais, além da miscigenação racial. Considerando a assertiva que, “ser branco, heterossexual e do sexo masculino são as principais características de uma política de identidades tanto similares, quanto opostas como essencialistas e fundamentalistas” (MIGNOLO, 2008, p. 290), essas são marcas vigentes da modernidade.

Argumentar que a identidade política é importante para a possibilidade de descolonialidade, visto que a construção de teorias políticas e organização de ações políticas de Estados são fundamentais ao bloco, porém, a desconstrução racial e imperial da identidade do mundo moderno em uma economia capitalista com seus discursos europeus modernos patriarcais e racistas. Assim, Parafraseando (Mignolo, 2008, p. 290), o descolonial significa aprender a desaprender, não quer dizer apagar o conhecimento institucional já produzido, mas construí-lo sem lançar sombra ao conhecimento já existente, deixando aflorar as opções descoloniais sobre os Estados membros e associados do Mercosul.

Atualmente a opção descolonial se expande pelo mundo todo, desde o Estado Islâmico, a Índia, África do Norte, Bolívia e outros, mesmo com críticas que avançam frequentemente na atual visão capitalista e neoliberal. A opção descolonial não cabe sua construção baseada em um modelo imperial em ruínas, pois já passamos da visão que vale mais acumular poder, riquezas e mortes, do que uma visão menos

egocêntrica e excludente, e sim, um mundo, onde muitos mundos podem coexistir pacificamente juntos, com o recorte que delimita o objeto de nossa pesquisa.

Dessa forma, foi criado em 26 de maio de 1991, na cidade de Assunção – PY, MERCOSUL, que é um importante processo de integração regional, formado inicialmente pelos Estados da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Ingressou depois a Venezuela – atualmente está suspensa por rompimento com a ordem e processo democrático, e Bolívia.



O MERCOSUL tem um departamento que faz a coordenação das políticas educacionais que agrupam os membros e associados ao bloco, desde dezembro de 1991, quando o Conselho do Mercado Comum (CMC) foi criado:

A missão do Setor Educacional do MERCOSUL é conformar um espaço educacional comum, através da concentração de políticas que articulem a

educação e o processo de integração do MERCOSUL, estimulando a mobilidade, o intercâmbio, e a formação de uma identidade e cidadania regional, visando alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial para os setores mais vulneráveis em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito pela diversidade cultural dos povos da região (Acesso em 26/9/2020 - www.mercosul.int/pt-br/cidadao/estudar).

A proposta de trabalharem unidos desencadeia o fortalecimento comercial do bloco, favorecendo os países fronteiriços no aperfeiçoamento, na cooperação e nas relações políticas, sociais e culturais. Assim, faremos um recorte na pesquisa a partir do ano 2007-2018, frente à atuação do bloco, abordando a Educação da Escola Pública dos Estados – Educação Básica e/ou similar ao Estado, buscando trazer à luz do referencial teórico dados qualitativos e/ou quantitativos em determinado período de tempo, além da formação continuada dos profissionais em educação/docentes.

Desenvolvimento

"Então educamos, e somos educados. Ao compartilharmos, no dia a dia do ensinar e do aprender, ideias, percepções, sentimentos, gestos, atitudes e modo de ação, sempre ressignificados e reelaborados em cada um, vamos internalizando conhecimentos, habilidades, experiências, valores, rumo a um agir reflexivo-crítico, autônomo, criativo e eficaz, solidário. Tido em nome do direito à vida e à dignidade de todo ser humano, do reconhecimento das subjetividades, das identidades

culturais, da riqueza de uma vida em comum, da justiça e da igualdade social” (HUBERT *apud* LIBÂNEO, 2015, p. 1).

É preciso compreender as questões políticas, econômicas e sociais que têm um papel relevante na formação no contexto dos países do bloco do Mercosul, assim como, é importante aceitar as semelhanças e diferenças que estão contidas nas Constituições e legislações educacionais dos países, bem como os dados de base internacional e nos censos dos respectivos países. Assim, a discussão sobre o direito à educação perpassa, necessariamente, pelos estudos dos seguintes elementos: a obrigatoriedade e gratuidade, financiamento e organização do sistema público de ensino e sua qualidade educacional na formação docente e aprendizagem dos alunos, fatores de extrema relevância.

A educação contemporânea no Mercosul convive com as diferenças nos investimentos financeiros disponibilizados por seus membros. Tais fatores que afetam a parte estrutural física das salas de aulas, de tecnologias, de recursos multifuncionais (atendimento educacional especializado), bibliotecas, ginásios poliesportivos e quadras, pistas de atletismo, espaços para desenvolvimentos de atividades lúdicas, além de outras, como ocorre em parte das unidades escolares na Rede Municipal de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, na escola municipal “X”, onde o pesquisador desenvolve sua atividade laboral na função de Coordenador Pedagógico do ensino fundamental (anos finais). Vale fazer esse recorte para contextualizar que dentro do próprio Estado brasileiro, esse com dimensões geográficas continentais,

existem diferenças gritantes entre aportes financeiros, aplicações e estruturas das unidades escolares, bem como investimentos na formação continuada de docentes e o desenvolvimento na aprendizagem dos alunos.

Figura 2 – ANALFABETISMO FUNCIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Rede de ensino dos estudantes de 4 anos ou mais						
	Brasi l	No rte	Nor dest e	Sud est e	Su l	Cent ro- Oes te
Re de Pú blic a	79, 2 %	86, 4 %	82,6 %	75, 5%	78, 6 %	75, 7%

Fonte: IBGE/Pnad 2008

Os dados acima nos remetem às diferenças analisadas pela pesquisa realizada no território brasileiro, onde conseguimos dimensionar as grandes diferenças reais dentro do próprio Estado, o qual demonstra as diferenças culturais, necessidades de subsistência e significado da educação escolar. É importante mencionar que as diferenças regionais devem ser preservadas em suas particularidades culturais nos Estados membros do bloco.

Com a formação do bloco comercial, as relações entre os entes participantes do Tratado tende a ser fortalecida, fato que passa pela educação nas escolas públicas de todos os entes. Conforme o recorte proposto neste trabalho, vimos demonstrar somente a ponta da grande desigualdade dentro de um mesmo país, para podermos contextualizar as diferenças na educação pública no Mercosul, com Estados de línguas maternas

diferentes, culturas que nem sempre se entrelaçam umas às outras, além de posições específicas oficiais dos próprios Estados integrantes do bloco.

Segundo o Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria/RS:

Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas (OSÉIAS SANTOS DE OLIVEIRA, 2011, p. 329).

Ao longo desse Tratado já foram realizadas diversas reuniões envolvendo os Ministros de Educação dos Estados, os quais favoreceram a formação de Comissões que coordenam as áreas na Educação Básica, Tecnológica e Superior. Possuem ainda um Fundo Educacional, criado em 2005, além da Comissão que coordena a Formação Docente constituída em 2011, dentre outras.

Conforme a Pós-graduanda em Gestão Escolar pelo Instituto Federal Farroupilha:

As transformações históricas, sociais, políticas e econômicas ocorridas nos últimos anos transformaram as pessoas, a sociedade e também a educação. A educação passou a ser um direito de todos, ou seja, dos que antes não tinham acesso a ela, implicando na necessidade de formação de mais professores (INGRID ALLES HUBERT, 2015, p. 2)

A educação contemporânea brasileira foi valorizada com a lei n. 11.738 de 16/07/2008, que garante ao trabalhador da educação o avanço profissional em continuidade de sua formação, recebendo incentivos na formação atuante, buscando sua capacitação e aperfeiçoamento da prática docente. Acreditamos que a formação continuada e permanente do professor lhe dá mais poder de argumentação nas discussões da classe profissional, mas mesmo assim, muitos permanecem acomodados e influenciam alguns de seus colegas com o pensamento de que já sabe tudo de que precisa e nada lhe será acrescentado.

A formação continuada aos profissionais de educação é suma importância para alavancar os rumos educacionais, pois com a formação continuada em serviço, possibilita o intercâmbio profissional, social e cultural que deve ser efetivado utilizando para tanto as formatações presenciais, quando possível, e a virtual, que rompe distâncias, barreiras geográficas, climáticas e outras. Os Estados Membros do Mercosul aplicam em educação as definições conforme cada Governo e Parlamento, respeitando a legislação específica do Estado, porém, com diversas convergências possibilitando o avanço a educação dos países fronteiriços fortalecendo culturalmente essa região da América do Sul que apresentam diferenças satisfatórias num contexto mais amplo.

Conforme, Graziela Araújo da COSTA, 2010, p. 4, professora da Rede Municipal de Parnaíba, Secretaria de Educação - Parnaíba, PI:

A despeito dos ininterruptos avanços tecnológicos, das descobertas da ciência e das conquistas produtivas, a

desigualdade continua viva e operante. Desníveis brutais de escolaridade, de saúde, de nutrição, de oportunidades continuam a separar os homens. Irrompem onde antes havia padrões de invejáveis de equidade, penetrando pelas fendas da ordem social, encarapitados nos ombros de desempregados, estrangeiros e migrantes.

Conforme o site de notícias da Agência Brasil, “foi firmado um acordo em 2006, em Córdoba, na Argentina, que somente entrou em vigor, no plano jurídico externo, em junho de 2018”. Tal acordo garante visto gratuito que será concedido a cidadãos membros dos Estados do bloco para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação, cursos secundários de intercâmbio de instituições governamentais e não governamentais em docência ou pesquisa. O benefício vale para os Estados da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai são os países-membros do Mercosul, onde o acordo está em vigor.

O direito à educação é um direito social que deve ser agregado a demanda de políticas públicas educacionais voltadas a sua efetivação. Vale registrar que políticas sociais direcionam as ações que delimitam o padrão de proteção social implantado pelo Estado, com ações voltadas, principalmente, para a redistribuição de benefícios sociais necessários, visando a diminuição criada pelas desigualdades nas estruturas do desenvolvimento socioeconômico.

As políticas públicas voltadas à educação devem ser constantes em sua evolução, crescimento e avanços seguindo os dados analisados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) durante períodos de

tempo pré-estabelecidos e índices estabelecidos em nosso recorte de tempo, afim de não perderem de vista o objetivo de trabalho, além de definir os pontos onde podem e devem ser realizadas as intervenções para o reordenamento e correção de rumo.

Tabela 02 - Variação entre desempenho do PISA explicada pelos órgãos educacionais dos países selecionados

Países/área	Leitura	Matemática	Ciência
Argentina	12,3%	9,9%	11,9%
Brasil	8,8%	13,9%	15,7%
Chile	14,8%	8,7%	10,9%
Uruguai	14,7%	16,7%	16,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (RPCA | Rio de Janeiro | v. 11 | n. 4 | jul./set. 2017 | 1-26 | 22)

Dessa forma, cada Estado deve ter claro o objetivo de suas ações com os instrumentos de avaliação na educação pública interna, assim, como no Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), na Argentina, o Operativos Nacionales de Evaluación (ONE) e o Índice de Mejora de la Educación Secundaria Argentina (IMESA).

Conclusão

Dessa forma, o estudo fronteiro possibilita uma maior integração entre os Estados membros do Mercosul no âmbito global do Tratado, além de favorecer o desenvolvimento educacional nos vários níveis de atuação da educação pública, agregando assim, o fortalecimento nas relações entre os Estados. Tal fato favorece a ampliação de pesquisas voltadas aos diversos temas nas áreas do conhecimento, bem como, aos temas de maior relevância abordados pelos pesquisadores do bloco.

Faz-se necessário, que com base nos dados descritos neste artigo,

a educação pública venha ser elevada ao nível de sua real importância, quais sejam, as condições adequadas estruturais, recursos materiais e tecnológicos condizentes com o grau de instrução do cidadão, favorecimento a formação profissional aos trabalhadores em educação, seja no Estado ou fora dele, além de o devido reconhecimento financeiro. Acreditamos ainda, que o direcionamento à educação pública seja uma alavanca para consolidar ainda mais o crescimento intelectual, industrial, comercial, artesanal e cultural na América do Sul.

Portanto, a descolonialidade é de grande valia aos países membros do Mercosul no quesito de políticas públicas de governos, aquelas que são construídas a várias mãos - Estados, com suas adequações as peculiaridades regionais, respeitando os instrumentos utilizados nas avaliações internas de cada País membro, sem perder a sintonia com as avaliações externas, as quais podem ser a seu tempo de execução um instrumento relevante a análise no desempenho de todos os Estados. Essas políticas são deflagradas pelo Poder Executivo, o qual destina o empenho financeiro e gerencia a formulação de ações, bem como, as medidas e programas, visando responder às demandas da agenda na política interna alinhada ao Mercosul.

Referências

BRASIL, Agência.
<https://www.noticiasao minuto.com.br/brasil/1307804/estudantes-e-docentes-do-mercosul-tem-visto-gratuito>. Acesso em 05/11/2020.

Costa, Graziela Araújo da; RIBEIRO, Mara Beatriz de Carvalho. **EDUCAÇÃO: FERRAMENTA DISSEMINADORA DA IGUALDADE**

SOCIAL.
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-ferramenta-disseminadora-igualdade-social.htm>;2010.

HUBERT, Ingrid Alles; FERNANDES, Jocélia Hahn de Lima; GOETTEMS, Lisiane. **FORMAÇÃO E INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES.**
<https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio. – Pnad. **Nordeste tem os piores índices educacionais do país 2008.**
<https://www.sintepe.org.br/site/v1/index.php/secretarias/sintepe-educacional/389-nordeste-tem-piores-indices-educacionais-do-pais>.

LIBÂNEO, José Carlos; **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MIGNOLO, Walter. **Desafios decoloniais hoje.** 2017. Disponível em:<https://revistas.unila.edu.br/epis-temologiasdosul/article/download/772/645>. Acesso: 27 ago. 2020. **Reconhecimento de Títulos no MERCOSUL** (Acesso em 26/9/2020 – www.mercosul.int/pt-br/cidadao/estudar).

NOLASCO, Edgar César. **DESCOLONIZANDO A PESQUISA ACADÊMICA;** uma teorização sem disciplinas. Centro de Estudos Culturais, Campo Grande – MS,v.1, p. 21-29, jan./jun.2018.

OLIVEIRA, O. S. **Políticas educacionais brasileiras,**

integração latino-americana e o Mercosul educacional: questões para o debate. In: Revista HISTEDBR [online], Campinas, n.43, p. 223-236, 2011.